

Brasília – Urbanização e processo de reprodução do espaço de negócios

Rosângela Viana Vieira Neri. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília. SQN 114 Bloco G Apto. 314. CEP: 70764-070. Brasília, DF. Brasil. zanzaviana@gmail.com

Nelba Azevedo Penna. Professora do Departamento de Geografia. Universidade de Brasília. SHIN QI 06 Conj. 05 Casa 21. CEP: 71520-030. Brasília, DF. Brasil. nelba@unb.br

Resumo: O presente artigo analisa Brasília pelas novas formas espaciais indicadoras da urbanização como negócio na reprodução do espaço da metrópole, contido no processo de reprodução das relações sociais. A apreciação que ora se busca possui dois objetivos: analisar as novas estratégias e políticas utilizadas pelos agentes do mercado imobiliário para configurar espaços de alocação ótima dos recursos fomentadores para a reprodução do capital; e avaliar a parceria resultante da junção pública e privada na condução da gestão urbana de Brasília. Para tanto, elabora-se a hipótese a partir do novo regime de acumulação capitalista, que baseado na globalização e flexibilização dos mercados impõe nova racionalização no processo de reprodução do espaço da metrópole. O sentido dado por esta racionalização, concede um caráter de empresariamento, como condição de inserção da cidade na lógica do desenvolvimento capitalista contemporâneo, e, desta forma parte da totalidade do processo produtivo. Assim compreender os imperativos que se arroga à cidade, para que esta se reproduza como negócio pelos processos que no espaço da metrópole subsume a cidadania, nos mecanismos de atração de novos capitais de investimentos. Os procedimentos metodológicos adotados buscam entender o espaço urbano sob a dinâmica de reorganização do espaço metropolitano. Como ponto de partida para a análise refere-se ao Setor de Hotéis e Turismo Norte, no Plano Piloto da cidade de Brasília (Projeto Orla) destinado a edificações para organismos internacionais, possui relativa proximidade com a Esplanada dos Ministérios, principal corredor do poder institucional do Brasil. O Projeto Orla constitui-se um plano governamental de ordenamento e estruturação de áreas ao redor do Lago Paranoá, para turismo e lazer da Capital. Contudo, sua implantação se deu a partir de parcerias envolvendo setores público e privado, mostrando a gestão empreendedora da cidade que financia e orienta a economia. Neste movimento, possui no espaço como categoria imprescindível para sua realização.

Palavras-chave: *empreendedorismo urbano, reprodução do espaço, metrópole urbanização.*

A globalização nos interstícios da urbanização

A história na qual o principal meio de produção é o capital – o capitalismo - não é nova, como afirmou Fiori (2001) e por isso como parte do conjunto coordenado, principalmente, pela ordem econômica, tem na constituição de seu valor a não menos

desconhecida, necessidade fundamental de expansão. As relações capitalistas de produção são antes relações sociais e como tal não acontecem de maneira “flutuante” no espaço geográfico (SANTOS, 1996), elas se efetivam na materialidade e através desta organizam e reproduzem suas linhas de força. Essa necessidade de expansão capitalista mostra que a luta por espaços de reprodução, e, seu principal obstáculo o território – espaço da nação - possuem a mesma contemporaneidade. Significa que desde muito o modo de produção capitalista encontra no espaço geográfico, e por isso abarca a sociedade civil como um todo, bem como no âmbito das forças políticas que determinam as leis sobre ele, obstáculos e ensejos à sua atuação numa relação contraditória. Isto ocorre porque se por um lado a liberalização e desregulamentação do mercado favoreceram os grandes grupos conferindo-lhes as vantagens de integrar e organizar a produção, tanto por elementos diversos na composição produtiva, tanto pela diferenciação dos custos de produção; por outro lado, a concorrência mundial é sempre uma ameaça à competitividade. Cabe lembrar as afirmações de Chesnais (1996, p.121) ao referir-se à competitividade “é uma expressão dos atributos do contexto produtivo, social e institucional do país”.

Por isso, pode-se afirmar que a globalização não é um simples resultado de táticas empresariais. Ela é antes de qualquer referência resultado de movimentos políticos, nos quais os grandes grupos econômicos foram se integrando e absorvendo as vantagens de investir no mercado mundial. São os critérios políticos baseados no princípio de promover as “qualidades” da empresa privada juntamente com os recursos a eles vinculados, que direcionaram esta etapa do capitalismo.

Com efeito, como a submissão das empresas ao mercado é um dado real, este deve ter um papel decisivo nesse processo de mudança iniciado pela crise econômica capitalista da década de 1970, nos países de maior desenvolvimento relativo. A contração da demanda que acompanhou esta crise cíclica, nestes países, fez com que o capital não investido produtivamente deslocasse em direção à esfera da circulação na forma de empréstimo. Países, semelhantes ao Brasil, concorreram para saldar o custo desta crise ao aceitarem empréstimos que paulatinamente sofreram aumentos das taxas de juros e a diminuição rápida das rendas líquidas de capital financeiro.

Quando sobreveio a crise de 1982, medidas como a restrição ao crédito para as economias nacionais, o aumento ainda maior nas taxas de juros, a transferência de recursos financeiros e a saída de capitais, os países da América Latina experimentavam transições políticas imersos numa correlação de desmontagem aparente do Estado.

Não se pode negar que todo processo de recomposição das classes dominantes sempre ocorreram sob os auspícios do Estado. A tentativa antiestatista de levar a economia de mercado como caminho de superação do atraso e da pobreza, na verdade foi a forma encontrada para naturalizar a concentração de riqueza e poder político do neoliberalismo. Evidenciando o conservadorismo político no qual emergimos da involução política dos anos terríveis da ditadura.

Ainda assim não se podem negar os ganhos dados pelas lutas empreendidas pelos movimentos sociais, especificadamente no Brasil da década de 1980, que se articulavam já na década anterior. Segundo Seabra (2003, 308-322), esses movimentos “acabavam estruturando formas de solidariedade mais amplas e coletivas”. Embora os dados sócio-econômicos da CEPAL¹ que afirmavam o grande retrocesso dos anos de 1980, alinhados ao discurso de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, presente na Conferência de Estocolmo e do Clube de Roma da década de 1970, os movimentos avançaram. Restava assim cooptar os movimentos sociais para compor as condições sociais de produção e assegurar o consumo. De acordo com Chesnais (1996, 124) os capitalistas “sempre supõem uma certa proximidade das companhias, em relação aos consumidores que escolheram como alvo”.

Em relação ao papel dos Estados, estes devem servir na divisão transnacional do trabalho e na redistribuição das empresas pelo mundo, apenas para garantir as condições de expansão do mercado e no alívio à pobreza “acentuando o domínio do mercado no campo social (Laurell, 1995, 164)”.

No âmbito do quadro neoliberal, que se tornou mais contundente no mundo capitalista na década de 1970, a crise de produtividade indutora do desemprego, a queda salarial e a menor arrecadação para o Estado concorreram para corroer a legitimidade do Estado social levando a sociedade a questionar sua atuação. Na

mesma medida em que ocorriam induções para a reestruturação do papel do Estado nos moldes neoliberais. O Estado acaba aparecendo para o senso comum como o gerador de crises.

Mas como a história deixa lições e a decadência do liberalismo foi consequência “não do triunfo teórico de um paradigma alternativo, mas das lutas sociais e políticas do século XIX e princípios do XX (TOLEDO, 1995, 75)”, dentro das condições de um ciclo econômico descendente e desequilíbrios da ordem social. A lição e o “pulo do gato” residem em transformar este Estado social para além de regulador econômico em investidor da economia capitalista. Como “sócio” o governo local, sem deixar a sua natureza de gestor dos meios materiais que permitem o funcionamento da sociedade, portanto político e mediador, dialoga com “parceiros” que possuem interesses em comum: crescimento econômico, ordem social e qualidade de vida (componente primordial e que também inclui o desenvolvimento sustentável). Deste modo, não se perde o controle sobre a sociedade e muito menos sobre os movimentos sociais. Pois como atribuição legalmente respaldada ao Estado é que este mantenha as condições gerais de produção e reprodução: “O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores (WEBER, 1999, p.57)”.

Por sua vez o Estado e governo local driblam o déficit público, economizam receita ao diminuírem suas funções pelo estímulo à iniciativa privada a gerir “necessidades sociais” (como educação, saúde, lazer...). Abrindo caminhos para as Organizações Sociais (ONG's), que como *entidades da vida civil e política* (SEABRA, 2003) e apartidárias revelam o perigo do esvaziamento do conteúdo político que permeia as relações entre governo e classes sociais.

A partir desta perspectiva alianças e rearranjos ganham o nome de governança, na qual Estado (principalmente governo local), atores do mercado e sociedade civil que compartilhando, em tese, padrões de organização, distribuição e consumo que atenda suas necessidades e territorialidades condicionando o poder econômico de uma determinada classe² na ordem legal e em conformidade com o social. Nestes termos o neoliberalismo, grosso modo, busca pleitear o controle sobre os movimentos sociais

que no passado não muito distante, contribuiu com a derrocada do seu “primo-irmão” o liberalismo, via Estado para que a ordem social se mantenha.

Para um Estado e, claro, para um governo local que precisa se capitalizar, também precisa dialogar com a formação de grupos privilegiados do mercado. Esse mercado, pelo desenvolvimento da informática, adquiriu na circulação do seu capital, velocidade assustadora e característica desterritorializante. A venda da cidade ou a cidade como negócio por si mesma, tornou-se mais que escapatória: é a gestão da cidade que precisa se realizar como empresa.

Sendo assim, pensar a globalização como fenômeno estritamente econômico e novo para os embates sociais e para o capitalismo é ledo engano. Assim como afirmar o inverso. O conteúdo que expressa relações e formas do processo globalizante é que se modifica, como o conteúdo e a forma do espaço geográfico que também se modifica em sintonia com os movimentos da totalidade. Neste movimento dado pelas relações sociais, as determinações no modo de produção irão induzir nova produção, nova organização do espaço e bases novas para a formação da sociedade e sua prática, contudo, preservando a fundação da sociedade moderna:

Marx sempre enfatizou que a (re)produção capitalista não se refere tão somente às coisas, ao produto palpável que resulta do processo de trabalho, nem tampouco unicamente à produção palpável que resulta do processo de trabalho, nem tampouco unicamente à produção de mais-valia. Para manter-se e ampliar-se, o capital, como qualquer outra formação econômico-social, precisa produzir e reproduzir incessantemente as relações de produção que lhes são essenciais, fundantes (MARTINS, 2001, 19).

Interessa aqui como as diversas variáveis de análise proporcionam um diferencial novo à urbanização pela reprodução do espaço, sem perder de vista as continuidades. Ainda que desde muito as forças externas ou ordem distante (LEFEBVRE, 1986) tenham tornado a urbanização de um país dependente como o Brasil, adequada à sua forma de acumulação:

A produção da espacialidade da sociedade urbana não pode ser entendida apenas no sentido econômico, mas também como conteúdo de uma produção social, política e cultural nos termos da urbanização presente (Penna, 2003, 57).

Assim, para refletir nesse feixe de forças, que constitui de maneira desordenada a metrópole, mas que na urbanização ganha sentido e ordenamento sob o controle dos governantes é preciso uma ultrapassagem da materialidade construída, independente

da sua extensão. Significa entender o sentido da urbanização enquanto processo amplo e pleno da totalidade de processos que efetiva a sociedade tal qual ela hoje se encontra, se mostra e se faz via fluxo de mercadorias e no limite a mercantilização da vida³.

A fase de declínio do ciclo econômico capitalista que no Brasil mostrou-se de maneira mais intensiva a partir de meados da década de 1970, aparece na cidade, grosso modo, com o aumento do desemprego e da erosão na base fiscal dos governantes municipais. Evidente que o refinamento do “meio-técnico-científico como momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica” (SANTOS, 1979, 121) contribuiu de forma incisiva na diluição no modo de produção em massa, característica do modelo fordista, para o modo de produção flexível. Pois o capitalismo incorporou os conteúdos tecno-científicos desenvolvidos e modificou suas próprias maneiras de acumular e, portanto de ganhar capital.

Na medida em que a administração industrial passava a gestão flexível e demandava por uma mão-de-obra especializada, na cidade, o aumento do emprego informal, o avanço e diversidade do setor de serviços, o desemprego estrutural, o aumento do gênero feminino no mercado de trabalho, recrudesciam. Estes fatores não tomados isoladamente e sim em conjunto fomentam rupturas, características de períodos novos, que sem abandonar totalmente conformações anteriores, desvelam seus vetores e sinuosidades. As reflexões precisam então se dar pelas continuidades e pelos cortes do terreno dinâmico no qual a história se efetiva:

(...) a gestação da sociedade urbana determina novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia, que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida, pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares), em um espaço-tempo diferenciado e desigual (CARLOS, 2001, 14).

O intento de estudar a reprodução do espaço para compreender a urbanização no período atual de reestruturação produtiva e de aprofundamento da divisão internacional do trabalho, é dado pelo vigor que se apresenta em algumas renovações nos elementos de determinados subespaços, que fragmentam e hierarquizam o espaço da cidade. “Os espaços atingidos são aqueles que respondem, em um momento dado, às

necessidades de crescimento ou de funcionamento do sistema em relação ao seu centro” (SANTOS, 1997, 31).

Existe, portanto, um paralelismo entre a organização do espaço e a divisão internacional do trabalho, que sem deixar de influir a divisão do trabalho inerente a cada cidade, estabelece novos patamares na urbanização por meio da reprodução do espaço.

Este artigo orienta-se para o entendimento daquilo que possa vir a ser conteúdos novos existentes na reprodução do espaço, modificando a urbanização neste período de acumulação flexível, ciente que conteúdos do passado não deixam de inferir na conjugação dos novos. Ainda que pareçam contraditórias as rupturas também carregam “ranços” e componentes do passado - como o próprio espaço_geográfico. O desafio é de situar o “novo” advindo do processo de mundialização que surge das necessidades do processo de desenvolvimento das forças produtivas, na qual a formação de centralização de capitais dentro do espaço da cidade adquire revitalizações: “uma teoria da estrutura urbana deve visar às leis pelas quais diferentes conteúdos sociais exprimem-se através dos processos enunciados” (CASTELLS, 2000, 186).

Deste modo, nos processos que redundaram no quadro atual do desenvolvimento da globalização, mudanças no sentido da acumulação permitem afirmar que “a produção da cidade aparece como necessidade da reprodução do capital financeiro e, nesta exigência, a produção de *um novo espaço*” (CARLOS, 2005, 30).

Na promoção do “novo espaço” o Estado é ator essencial, direcionador de investimentos em conformidade com a realização do capital financeiro, sob determinados princípios e regras que surgem como panacéia ao males advindos da falta de emprego, violência, necessidade de crescimento econômico na busca de aquiescência da maioria desprivilegiada que se vincula nas relações de poder analisadas por Max Weber:

(...) entendemos como poder a possibilidade de um homem ou de um grupo de homens realizar sua própria vontade numa ação comunal, mesmo contra a resistência de outros que participem da ação (1976, 61).

Por esta razão um estudo do “discurso” torna-se essencial “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros e nem falsos” (FOUCAULT, 2006, 07).

O uso da cidade como negócio nas políticas de promoção da cidade

O discurso que ora propomos estudar, liga-se a um pensamento específico, fundamentado no empresariamento da cidade, apresentado como solução diante das bases econômicas e fiscais cambiantes, dadas pela evolução tecnológica que contribuiu para modificar o modo de produção.

A aparência urbanística apresenta-se, pois, como condição para garantir o qualitativo moderno à nossa sociedade e, ao mesmo tempo, legitima arbitrariedades. A forma e uso do solo urbano não se desvinculam das intencionalidades dos especuladores imobiliários e apontam para uma nova composição de setores econômicos e para a articulação de frações do capital que realizam a acumulação.

As fragmentações no espaço por justaposição de ordens diferenciadas são respaldadas na perspectiva de que cada cidade deveria atuar como empresa, adotando estratégias competitivas que atraíssem investimentos, atuando produtivamente tanto na região em que se insere, quanto no âmbito global. Neste sentido, a urbanização continua a se vincular às determinações econômicas capitalistas, e, claro, do Estado, conformando a economia política do espaço.

Isso aparece claramente no receituário ditado pelo empreendedorismo urbano, no qual a infra-estrutura, a mão-de-obra barata e a especializada precisam estar conectadas pela chamada coesão social, que compreende a cooperação entre “atores do mercado, da sociedade e o poder público (RIBEIRO, 2004, 23)”.

Talvez seja esta condição, uma das racionalidades de nossa contemporaneidade, levadas até o indivíduo pelas paisagens móveis⁴ e que se adaptam às necessidades da sociedade e à sua reprodução. Assim, determinados valores e intenções são transmitidos aos indivíduos e por estes legitimados, pelas formas construídas na cidade pela sua funcionalidade e capacidade de responder a ordem distante (LEFEBVRE, 1986).

De acordo com as análises de Weber, dando sentido para a ação dos indivíduos: “a cidade é portadora da vida política, assim como da arte e da literatura” (2005, 38) e como tal responde a um determinado momento histórico. No processo de mundialização a cidade necessita criar mecanismos que possibilitem os fluxos econômicos globais convergirem para ela, significa ser uma cidade inserida no espaço global e mais, significa a velha possibilidade de desenvolvimento em novas roupagens: “as grandes cidades devem enfrentar cinco tipos de desafio: a nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade” (BORJA, 1997, 82).

Neste sentido, modelos, diagnósticos e resoluções são apresentadas às cidades no intuito de torná-las competitivas, dentro de um quadro socialmente justo e ambientalmente sustentável. O mecanismo para levar a efeito esse “intento” é um dos componentes do discurso e da prática que se efetua pela reprodução do espaço. A urbanização que se faz está sob as atuais condições das relações sociais e a acumulação flexível capitalista se adequa ao modelo de “cidade empresa”.

Diante da necessidade dos governos locais de gerar empregos e de renovar a base produtiva da cidade no contexto da recessão econômica, que atingiu a Europa na década de 1970, a venda da cidade “converteu-se em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privada (BORJA e FORN, 1996, 33)” no esforço de atrair investimentos.

Estas práticas intituladas “políticas de promoção da cidade” por Borja e Forn são também impulsos, fomentos e meios de criar intercâmbios com outras cidades e regiões numa relação contraditória de concorrência e complementaridade. Analisadas por Seabra (2003, p.318) como articulações que atendem “às necessidades de reprodução de uma estrutura sistêmica em escala global”.

Neste viés entre as necessidades sociais, aqui compreendidas para além das infra-estruturas de saneamento básico que contempla também a necessidade da apropriação por todos da produção coletiva de uma cidade, e as condições sociais gerais de produção capitalista. A reprodução do espaço urbano sinaliza para uma urbanização que leva próximo do limite a “contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada (CARLOS, 2005, 228)”. No âmbito da terra urbana, a

expropriação da cidade pelo capital, torna-a um conjunto de fragmentos e subsume valores de uso aos valores ascendentes de mercado. E, para além, permite que se vislumbre no chamado planejamento urbano, a economia política do espaço a serviço da acumulação capitalista.

O empreendedorismo em Brasília

A consolidação da cidade de Brasília, até sua constituição como metrópole regional, dever ser entendida no contexto da dinâmica da ocupação do território do Distrito Federal e das peculiaridades desse processo. A forma urbana concreta que emerge apresenta-se como resultado, não apenas do projeto inicial de Lúcio Costa, posteriormente tombado como patrimônio⁵. Resulta, também, das políticas públicas e do planejamento urbano e dos impactos que estes provocam sobre a reprodução da sociedade e do espaço. Assim, a cidade define-se tanto como um produto resultante de um processo político, social e historicamente construído no âmbito da nação brasileira, quanto da história do lugar: espacializando seus conflitos, contradições e lutas sociais.

A cidade de Brasília constitui-se na totalidade do conjunto dos núcleos urbanos que formam o Distrito Federal: uma área central - o Plano Piloto -, cercado pelas cidades periféricas (os núcleos urbanos), atualmente denominadas Regiões Administrativas. O Plano Piloto é a área central da cidade que foi projetado por Lúcio Costa, conhecido mundialmente por ser Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para avaliar os impactos sociais e territoriais gerados pelas mudanças oriundas do novo paradigma tecnológico-empresarial é preciso compreender a evolução da implantação do “Projeto Orla”, em relação aos empreendimentos construídos⁶. Este projeto significa uma nova estratégia de ação sobre a cidade.

O Projeto Orla propõe a definição de 11 pólos de atividades voltados para a animação urbana, junto à orla do Lago Paranoá para promover o desenvolvimento econômico e social da cidade. Esta

proposta foi desenvolvida tendo como meta permitir que a iniciativa privada sinta-se motivada para assumir a responsabilidade pelos principais investimentos que viabilizem sua implantação (GDF/DETUR/1992).

No caso específico de Brasília, o projeto demonstra o empresariamento da cidade, e se realiza no Plano Piloto, no qual o domínio da terra urbana pelo governo local é a força maior de atração que este tipo de estratégia necessita. A venda da cidade oferece a terra urbana como garantia devido ao respaldo da lei, além da não necessidade de desembolso inicial para compra da terra, pois que esta se torna concessão.

Tal processo acentua a centralidade do Plano Piloto na gestão empreendedora da cidade, especialmente relacionados à cultura, lazer, turismo e serviços modernos. E, ainda, demonstra uma apropriação antagônica à proposta de uso do local feito por Lúcio Costa:

Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da Lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólica de toda população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água (Relatório do Plano Piloto de Brasília, subitem 20 Orla da Lagoa: Clubes Cadernos de Arquitetura 3, Relatório do Plano Piloto de Brasília/ Lúcio Costa, 1968-1970).

Esse mesmo critério, de preservar a orla intacta, não pode ser observado nas propostas dadas pelo Projeto Orla, que propõe uma ocupação mais efetiva, elevando a densidade prevista para a orla do Lago Paranoá (ver figura 1):

O Projeto Orla é um projeto de desenvolvimento urbano da orla do lago que visa o aproveitamento turístico, econômico e cultural da orla do lago, em áreas pertencentes ao Governo do Distrito Federal, que circundam o Lago Paranoá (Projeto Orla – Relatório de Atividades, agos/95 a dez/98, p.13).

O “Projeto Orla” foi proposto pelo então governador do Distrito Federal Cristovam Buarque (1995/1998), é trazido aqui com o intuito de servir como base empírica a estas reflexões. Pois este Projeto é uma clara referência às operações urbanas, que sob uma aquiescência jurídica e social crédula, apresenta-se como solução aos problemas econômicos, políticos e sociais das cidades pelos atuais pólos de revitalização urbana que o compõe (Fig. 1).

Os pólos caracterizam-se por ações do poder público que se realizam por meio de intervenções pontuais e individualizadas. Os empreendimentos possuem uma implantação gradual, por projeto, em diferentes localizações da orla do Lago Paranoá. Esses projetos constituem-se em 11 pólos que visam “à reprodução e acumulação do

capital, transformando a orla do Lago Paranoá em *espaços de negócios*, seja para turismo e lazer, seja para empresas e investimentos imobiliários” (Penna, 2005, 13).

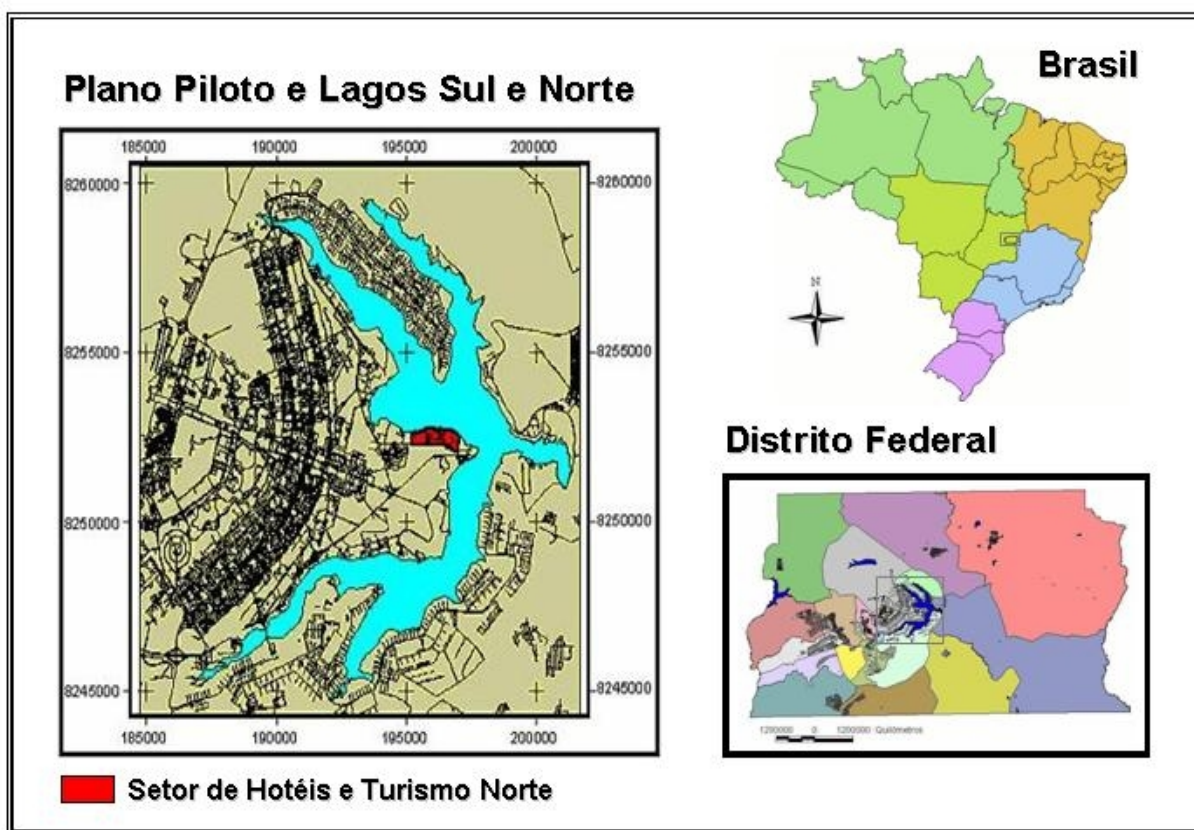


Figura 1. Setor de Hotéis e Turismo Norte

Embora venha sendo implementado de forma fragmentada e pontual, alguns pólos não foram ainda desenvolvidos. A essência do Projeto Orla, não foi abandonada. Pelo contrário. Por exemplo, um dos pólos de atividades do referido Projeto - pólo três – denominado Setor de Hotéis e Turismo Norte - encontra-se em plena atividade. Por sua localização privilegiada, próxima ao Palácio da Alvorada e da Esplanada dos Ministérios, principal corredor do poder institucional do Brasil, constitui-se um condicionante aos “insumos” necessários para atender as atividades privadas que podem dinamizar a economia da cidade. A idéia é a inserção, ainda mais aprofundada, da propriedade urbana nos negócios das empresas de construção e de incorporação, realizando a urbanização da capital federal como negócio.

Se por um lado o Projeto Orla foi estrategicamente fragmentado, pois suas diretrizes, ainda que condizentes com o empresariamento da cidade, negavam as leis e normas gerais de edificação e uso do solo, sua essência empreendedora se fortaleceu no Setor de Hotéis e Turismo Norte.

Este Setor continua com seu “status” de caráter normativo e é apropriado por uma determinada parcela de grupos ligados ao setor imobiliário para assim fazer valer suas aspirações, as quais atendem à “hierarquia que cria o nexos que permite compreender a dinâmica espacial relacionada aos processos atuais de globalização (LENCIONI, 2003, 43)”.

É por terem consciência dessas articulações presentes nessa assertiva que os empresários do urbano embasaram as funções básicas dos governos nos lugares. Deste modo, a prática social, política, cultural e ambiental participam, otimizam e legitimam a parceria público-privado na promoção econômica da cidade. Analisadas por Seabra (2003, p. 318), essa parceria é definida como articulações que atendem “às necessidades de reprodução de uma estrutura sistêmica em escala global”.

No pólo 3 (Setor de Hotéis e Turismo Norte) já se encontravam edificações construídas anteriormente como o Museu de Arte de Brasília, o primeiro hotel da cidade – Brasília Palace Hotel –, e um grande palco ao ar livre denominado de Concha Acústica. Atualmente, como parte do projeto empreendedor, também se encontra prédios destinados ao ramo de hotelaria, alguns já em funcionamento, outros em fase inicial e também em término de construção. Ainda é dado ao observador verificar a construção de prédios destinados a longa temporada do tipo “loft”⁷, demonstrando o fortalecimento da especulação imobiliária na área e o seu aproveitamento para outros usos, como o habitacional.

Neste contexto, a orla do Lago Paranoá e as áreas adjacentes (ainda de baixa densidade ocupacional) vão transformando-se em pólos - de atividades e de investimentos, de iniciativa e decisão - que envolvem atores não governamentais, semi-públicos, públicos e privados.

Segundo Penna (2006), as estratégias de ocupação e uso possuem um corte empresarial, voltadas para a atração de investimentos (comércio, serviços e “marketing”), tais como:

1. Definição de novas escalas do capital imobiliário e negociação das normas urbanísticas - compreende-se, a partir daí, que a relação público-privado se expressa no espaço por meio de processos que exigem a negociação e a flexibilização das normas urbanísticas e ambientais; a mudança e liberação do controle de uso do solo; subsídios ao investimento privado e aumento da fragilidade dos mecanismos de coordenação, planejamento e gestão por parte do agente estatal.

Por esse processo, observa-se que ele revela um novo papel do governo local em sua relação com o setor privado imobiliário e financeiro: as ações públicas orientam e financiam os investimentos no que se refere à oferta de infra-estrutura e terrenos nos setores de interesse do capital.

2. Configuração de novos vetores de expansão e liberação de novas normas do controle de uso do solo. A partir das mudanças no planejamento e nas políticas espaciais contidas no projeto Orla, por exemplo, configuram-se usos diferenciados de apropriação da terra urbana em relação aos anteriores (ao projeto); e novas redes de articulação local dos agentes privados se formam para produzir o espaço urbano. Essas redes passam a revelar as relações de poder mediadas pelo espaço, definindo os “pólos de animação urbana” ou “eixo de empreendimentos”.

3. Conflitos políticos e econômicos em torno da apropriação da terra e subsídios ao investimento privado - oferta de infra-estrutura, terrenos, formação de mão-de-obra para as novas atividades, entre outros.

De acordo com o governo, todos esses aspectos têm contribuído para a crescente demanda por parte do empresariado local para alteração das normas de gabarito vigentes para os empreendimentos aprovados no âmbito do Projeto Orla (principalmente no Setor de Clubes e Hotéis Sul e Norte).

Novos empreendimentos foram atraídos para a Orla do Lago. Contudo, o processo de implantação e aprovação desses empreendimentos tem sido bastante conturbado. Existem divergências com as normas vigentes, resultando ocupações indevidas das margens do Lago causando prejuízos ao meio ambiente. De qualquer forma, este é um indicativo da nova tendência de ocupação da orla lacustre.

Neste sentido, o capital se amplia através da reprodução do espaço inserido no discurso do empresariamento da cidade para atuar legalmente, com mais desenvoltura

e menos ônus no espaço público do solo urbano, conforme especificado anteriormente. Dessa maneira, o capital realiza suas necessidades de acumulação pela apropriação privada do espaço público urbano.

O governo sob a égide da propriedade pública da terra, por meio do processo de produção social do espaço, realiza o sentido da metrópole no processo global de urbanização. Segundo Harvey (1996, 51), a urbanização representa um “processo social que ocorre no espaço, no qual uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas bastante diversos interagem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas”.

Por meio dos parâmetros do espaço transformado em mercadoria, a especialização e centralização de determinadas parcelas da cidade, inserem-se nos fluxos de maiores valores agregados. Seriam esses subespaços lugares de comando dentro da cidade? E se assim o for como se articulam?

De uma forma geral, a apropriação e reprodução do espaço compreendem dois níveis de funcionamento: os territórios do cotidiano (obedecendo a um ritmo cíclico e diário) e os territórios do poder - onde se podem observar as relações de troca e interação que operam dentro do sistema econômico-financeiro mundial.

Também esses subespaços determinam usos adequando às normas do governo local à realização do valor de troca pelo espaço:

(...) a mobilização dos negócios com o solo urbano redefine o conteúdo da urbanização. A “metrópole como negócio” é assim, um momento central da reprodução sinalizando a vitória do valor de troca – o espaço tornado mercadoria através da qual o econômico se realiza – sobre o valor de uso, apontado por Lefebvre e, com isso, realizando a **negação da vida urbana** (CARLOS, 2005, 235, grifos da autora).

Por isso, pode-se observar uma contradição importante que resulta dessas ações políticas de valorização, cada vez maior, da área central: o enfraquecimento das ações políticas voltadas para as classes populares e dos movimentos sociais urbanos face às estratégias políticas espaciais do poder público local.

Considerações finais

Na cidade-sede do Governo federal, onde os altos cargos de confiança não implicam, na maioria das vezes, na fixação de residência definitiva. A administração voltada para o que é definido como “long stay” na linguagem hoteleira, direciona os

negócios dos incorporadores e empreendedores imobiliários em setores específicos para hotelaria. Esta especificidade está no fato destes prédios funcionarem como residência de longa temporada, cuja característica é oferecer todos os serviços de um hotel dirigidos exclusivamente a hóspedes de temporadas mínimas de três meses. Pode-se concluir que este tipo de habitação feita em determinados espaços da cidade, que concentra a maior renda média do país, é para ser vendida a investidores e não para moradia.

Neste precedente os territórios do cotidiano e os territórios do poder se articulam às regras de rentabilidade do capital financeiro de uma ordem distante. De acordo com essa ordem os objetivos econômicos ultrapassam os urbanísticos e também revelam como o discurso é apreendido na cidade e porquê o planejamento urbano no Brasil, não se efetivou de fato, ou não se efetiva na sua totalidade.

Em um país como o Brasil o processo de acumulação capitalista internacional encontra na urbanização sua principal engrenagem, e, o espaço urbano seria o elo articulador do capital global no local. Isto porque um dos modos de desdobramentos das multinacionais se dá pela prestação de serviços e pelas instituições bancárias via valorização de capitais nas chamadas mais-valias imobiliárias, por exemplo, com forte componente rentista. Para além, estas multinacionais criam um “espaço próprio” no território nacional pela internacionalização feita por suas filiais, onde o espaço urbano se torna um elemento patrimonial, preservando, contudo, a mobilidade para o capital.

É contra esta mobilidade que os governos locais lutam e por isso as chamadas políticas públicas ficam sob as estratégias empreendedoras, e é, ao mesmo tempo uma luta inglória, posto que é da própria essência do capitalismo esta mobilidade. Concomitantemente, a expansão internacional do capitalismo tem um caráter desigual que revela a falácia do receituário empreendedor. Pois o “espaço da cidade” é distinto do “espaço das multinacionais”, portanto, possuem natureza diversa. Isto, claro, se considerar que a cidade deve ser antes de qualquer caracterização o espaço da vida.

Dentro de uma base empírica para essa afirmativa os indicadores sociais das regiões que circundam o Plano Piloto indicam a pobreza, como a prova principal do caráter desigual do empreendedorismo urbano que concentra recursos em favor de

uma minoria que ocupa os estratos mais ricos da população. E mais, mostram que crescimento econômico não é sinônimo de ausência de desigualdade social.

Neste sentido, as análises das possibilidades do desenvolvimento empreendedor deverão ser encaminhadas de modo a explorar as ações de planejamento e gestão do espaço urbano metropolitano que possibilite a formulação de políticas mais eficazes de redução da desigualdade social e da exclusão. Se do ponto de vista dos atores empresariais houve ganhos devido às inovações econômicas, tecnológicas e espaciais, por outro lado, houve dificuldades para conter as desigualdades sócio-espaciais e garantir um desenvolvimento sócio-econômico mais equitativo, devido ao desmonte das políticas públicas destinadas às cidades mais periféricas.

O eixo representado pelas cidades de Taguatinga/Ceilândia e Samambaia/Gama forma um importante sub-centro econômico regional, e de maior concentração populacional do Distrito Federal, tem permanecido periférico, devido à falta de políticas econômicas e sociais por parte do poder público, para expandir as oportunidades do desenvolvimento das atividades econômicas e sociais, que geram melhores condições de emprego e de renda. Portanto, as mudanças que ocorrem no padrão de urbanização não mudam o perfil periférico de crescimento, concentrando a população de menor renda na periferia. No centro, juntamente com as classes de maior renda, estão presentes as atividades e serviços modernos, relacionados ao capital intensivo, informação e comunicação.

A partir destas considerações o conteúdo trazido pela imposição dos negócios envolvendo os espaços urbanos à sobrevivência da cidade, comprova a assertiva de Vainer (2000, 89-90) desta nova lógica:

A constituição e legitimação da nova cidadania conferida aos *segmentos estratégicos* caminha *pari passu* com a destituição dos grupos com “*escassa relevância estratégica*”. A cidade-empresa está obrigada a ser realista, conformar-se às tendências do mercado e não pode dar-se ao luxo de produzir planos utópicos (grifos do autor).

Assim, como já exposto anteriormente, se a ditadura sufocou os movimentos sociais em nome da segurança nacional, o modelo empresarial para a cidade toma essa função ao propor o consenso. Pois é preciso que a cidade “se apresente passível de ser escolhida para alocação de capital (...) atendendo suas necessidades de reprodução ampliada (NERI e OLIVEIRA, 2006, 12)”. Numa tentativa de extinguir os

conflitos advindos das lutas políticas e sociais por intermédio da sua cartilha, fragiliza e retrocede as perspectivas de avanço democrático.

Se do ponto de vista da ordem distante, que comanda os territórios do poder, “a estratégia empresarial torna-se uma ação potencial de ruptura e fragmentação entre as práticas sociais, o uso e a apropriação dos lugares nas cidades” (Penna, 2006,14), torna-se urgente reconstituir no plano local, tudo aquilo que o global vem destruindo: a cidadania, a solidariedade e o direito à cidade. Do ponto de vista da análise crítica, deve-se buscar a superação dos modelos de planejamento e gestão excludentes e explorar caminhos que possibilite a redução das desigualdades, da pobreza e da exclusão.

Notas

1 CEPAL, Transformación productiva com equidade. Santiago do Chile, Nações Unidas/ Comissão Econômica para a América Latina, 1990.

2 Classe no sentido apresentado por Max Weber (1976) no qual a situação de classe é determinada pela situação de mercado.

3 Baseado nas afirmações de William Rosa Alves (2006, 67-78).

4 Por paisagens móveis compreende-se àquelas constituídas por objetos fabricados pelo trabalho humano, portanto, estão sujeitas às mudanças em concomitância com a dinâmica inerente à sociedade (Santos, 1996).

5 O Plano Piloto foi tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO – em 11 de dezembro de 1987. No âmbito nacional foi tombado pelo IPHAN - em 13 de março de 1990.

6 O “Projeto Orla” consiste em um plano de ordenamento e estruturação turística para a cidade de Brasília (DF), no qual o desenvolvimento econômico aliado ao lazer, cultura e turismo em toda orla do Lago Paranoá, formava seu núcleo. O Projeto continha onze pólos de atividades, congregando atividades comerciais, culturais, de lazer e hospedagem integrados por uma alameda, ocupando uma área de 780.000 m².

7 Baseado nas colocações de Santos (1996, 223) a respeito das “horizontalidades e verticalidades”.

Referências

Alves, William Rosa. 2006. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade [notas para um debate]. In: *Metrópole: governo, sociedade e território*, SILVA da Catia A.; et alii. Rio de Janeiro : DFP&A editora, ,p. 67-78

BORJA, Jordi. 1997. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: *Cidades estratégicas*, ed. T. Fischer, 79-97. Rio de Janeiro: FGV.

Borja, Jordi; Forn, Manuel de. 1996. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. In: *Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI. p. 32-47. Cidades: estratégias gerenciais.

Castells, Manuel. 2000. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra.

Carlos, Ana Fani Alessandri. 2001. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto.

_____. 2005. A reprodução da cidade como “negócio”. In: *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*, ed. A. F. A. Carlos; C. Carreras, 29-37. São Paulo: Contexto.

Chesnais, François. 1996. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

Governo do Distrito Federal – GDF/DETUR/EMBRATUR. 1992. *Plano de Ordenamento e Estruturação Turística de Brasília – Projeto Orla*. Elaborado pela TCI Planejamento, Projeto e Consultoria Internacional Ltda.

Harvey, David. 1996. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XVI. p. 48-64. Cidades: estratégias gerenciais.

Fiori, José Luís. 2001. *Brasil no espaço*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel. 2006. *Microfísica do poder*. 22 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Laurell, Asa Cristina. 1995. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*, ed. A. C. Laurell, 151-178. São Paulo: Cortez.

Lefebvre, Henri. 1986. *La production de l'espace*. França: Casterman.

Lencioni, Sandra. 2003. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*, ed. A. F. A. Carlos; A. I. G. L. Geraiges, 35-44. São Paulo: Contexto.

Neri, Rosângela Viana Vieira; Oliveira Júnior, Gilberto de. 2006. Urbanização e cidades: entre o consenso e o dissenso. In: *Anais do VI Seminário Latino-americano de Qualidade de Vida Urbana e V Seminário Internacional de Estudos Urbanos*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Martins, Sérgio. 2001. Crítica à economia política do espaço. In: *O espaço no fim de século: a nova raridade*, ed. A. F. A. Carlos et al, 13-41. São Paulo: Contexto.

Penna, Nelba Azevedo. 2003. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: *Brasília: controvérsias ambientais*, e. A. Paviani; L. A. C. Gouvêa, 57-74. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____. 2006. Empreendedorismo e Planejamento Urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: *Planejamento Urbano no Brasil e na Europa. Um diálogo possível? – Anais*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Ribeiro, Luís C. de Queiroz. 2004. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: *Metrópoles*, ed. S. Azevedo et al, 17-40 Rio de Janeiro: Editora Perseu Abramo.

SANTOS, Milton. 1979. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. 1996. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

_____. 1997. *Espaço & Método*. 4ª ed. São Paulo: Nobel.

Seabra, Odette C. de Lima. 2003. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*, ed. A. F. A. Carlos; A. I. G. Lemos, 308-322. São Paulo: Contexto.

Toledo, Enrique de la Garza. 1995. Neoliberalismo e Estado. In: *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*, ed. A. C. Laurell, 71-90 São Paulo: Cortez.

Vainer, Carlos. 2000. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, ed. O. Arantes; E. Maricato; C. Vainer, 75-104. Petrópolis: Vozes.

Weber, Max. 1976. O urbanismo como modo de vida. In: *O fenômeno urbano*. 2. ed., ed. O. G. Velho, 61-83. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1999. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

_____. 2005. As causas sociais do declínio da cultura antiga. In: *Sociologia*, ed. G. Cohn. São Paulo: Ática.